

DF pode voltar a ter um prefeito

Prefeito ou governador? É isso que se discute hoje na Assembleia Nacional Constituinte quando se fala sobre a proposta de eleições diretas para Brasília no próximo ano. São detalhes técnicos que vão exigir dias de debates não só na Comissão de Organização dos Estados, onde a definição do modelo de autonomia político-administrativa será questionado, como no Palácio do Planalto, de onde pode sair — ou não — o aval para que Brasília deixe, de uma vez por todas, de ser administrada por dirigentes nomeados.

Para o senador José Richa, presidente da Comissão de Organização dos Estados, a autonomia do Distrito Federal é um direito da cidade, além de ser um compromisso assumido nos planos e referendado pelo presidente Tancredo Neves na mudança de governo. Ele entende, porém, que essas questões técnicas têm que ser definidas.

Segundo o senador, a razão das dúvidas é que o Distrito Federal não é Estado nem município, e fica difícil determinar se o representante do executivo local será um governador ou um prefeito, e se a

nível legislativo a cidade terá uma Câmara de Vereadores ou uma Assembleia Legislativa. Richa reafirmou, no entanto, sua disposição de concordar com a autonomia, que em termos políticos considera a solução ideal para Brasília.

A discussão em torno desta dúvida, em termos de nomenclatura, é uma questão mais ampla do que a diferença dos nomes. No caso de se optar por prefeito e Câmara de Vereadores, surge um problema: Brasília já tem senadores e deputados federais, e um prefeito seria hierarquicamente inferior aos parlamentares em termos de nomenclatura, isto poderia acarretar dificuldades na condução do governo. O termo **governador**, por causa disso, está sendo preferido pela bancada do Distrito Federal no Congresso.

Acompanhando os trabalhos da Comissão de Organização dos Estados, os deputados e senadores de Brasília preferem aguardar o relatório final e o parecer do senador José Richa a arriscar um palpite sobre a questão da autonomia. Márcia Kubitschek, Meira Filho e Francisco Carneiro, reunidos no plenário da comissão, observam

que a questão de se eleger um prefeito ou um governador, não vai abafar a conquista da autonomia na cidade. Meira Filho diz que tem-se feito contatos com todos os constituintes para que a questão, ao chegar ao plenário, seja aprovada, mas que por enquanto, tudo está nas mãos "de Deus e dos relatores".

Jofran Frejat, que foi o presidente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e que recebeu as primeiras emendas a respeito da autonomia do Distrito Federal, também acha que este período de apreciação das emendas de todas as subcomissões depende mais do presidente e do relator da comissão e que o trabalho da bancada do DF é "varrer para os lados" todas as oposições à aprovação da autonomia. É este trabalho de conquista que Geraldo Campos, suplente da subcomissão que tratou dos assuntos do DF, insiste em que seja feito, porque segundo ele, as maiores dificuldades — "as chuvas e trovoadas" — à aprovação da autonomia estarão na fase de votação no plenário.



O presidente e o relator da Subcomissão querem as diretas